

editorial  
editorial

entrevista  
interview

artigos submetidos  
submitted papers

tapete  
carpet

artigo nomads  
nomads paper

projeto  
project

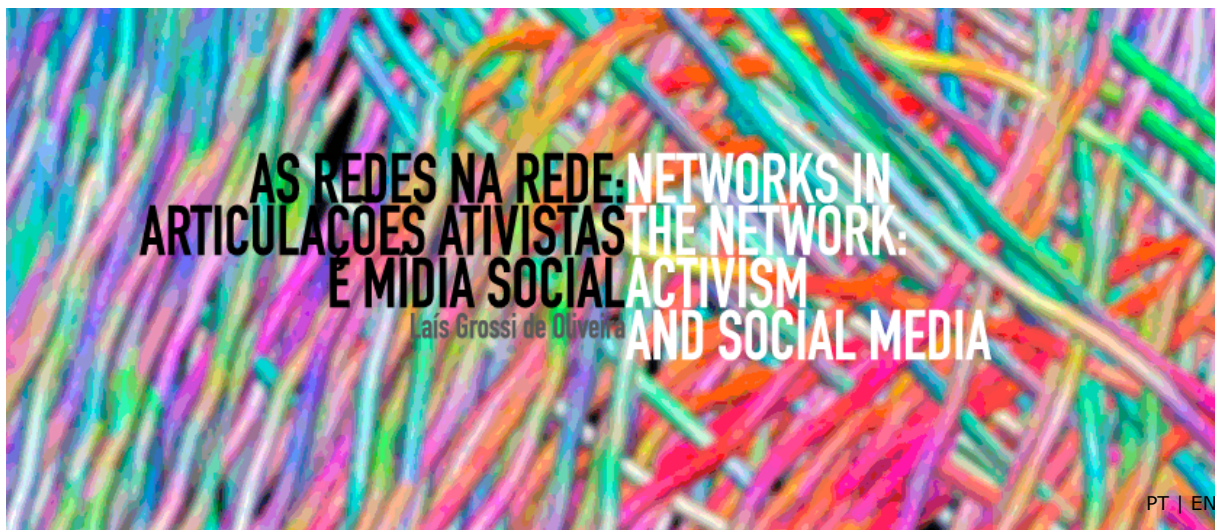
expediente  
credits

próxima v!rus  
next v!rus

**V 14**

issn 2175-974x | ano 2017 year

semestre 01 semester



**Laís Grossi de Oliveira** é Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Pontifícia Universidade Católica Minas. Membro da equipe de assessoria à revisão de Planos Diretores de 11 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Como citar esse texto: OLIVEIRA, L. G. As redes na rede: articulações ativistas e mídia social. VIRUS, São Carlos, n. 14, 2017 Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/virus/\\_virus14/?sec=4&item=6&lang=pt](http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=6&lang=pt)>. Acesso em: 04 Jul. 2017.

### Resumo

A partir do estudo de 39 ativismos urbanos de Belo Horizonte-MG, o presente artigo<sup>1</sup> busca compreender a ação da sociedade civil enquanto um dos muitos atores que conformam as cidades. Como anuncia o editorial desta edição da Revista *V!rus*, "a cidade contemporânea é produzida por múltiplos atores, de gestores públicos, planejadores e estudiosos a grupos empresariais privados, organizações do terceiro setor e, em especial, por seus habitantes em geral, entre tantos outros" (2017, s.p.). É evidente, entretanto, os desequilíbrios de poder entre esses atores, o que Souza e Rodrigues (2004) ressaltam na consonância existente, em geral, entre o Estado e os grupos já privilegiados da sociedade.

As articulações entre os ativismos urbanos apresentam-se como os momentos mais expressivos de rompimento - ainda que temporário - desse cenário de desequilíbrio, possibilitando, ainda, a catalização da construção de projetos comuns entre grupos da sociedade civil organizada. As tecnologias de informação constituem importante ferramenta na articulação e formação de redes entre referidos grupos, que se utilizam, cada dia mais, do Whatsapp, Facebook e outras redes sociais digitais. É justamente na análise desses meios, em especial do Facebook, que concentra-se este artigo. Para tanto, foram monitoradas as *fanpages* dos ativismos urbanos e suas interações que ocorrem por meio de curtidas e compartilhamento de conteúdo.

Obviamente, as relações entre os ativismos se dão para além do Facebook. No entanto, as articulações ocorridas nessa rede social reproduzem diversas características das demais articulações, dentro e fora do meio digital, tais como sua efemeridade, sua ligação a momentos emergenciais ou a recorrência de algumas pautas comuns.

**Palavras-chave:** Ativismos urbanos; Belo Horizonte-MG; Redes sociais.

### Introdução

A cidade é suporte à reprodução das relações sociais e econômicas de uma certa sociedade, sendo produto e produtora de suas dinâmicas (LEFEBVRE, 2013). Em uma sociedade marcada por profundas assimetrias de poder, a cidade, portanto, torna-se palco para a performance de relações de dominação tais como aquela entre classes, - o que é observado por Lefebvre e Harvey - de raça - como percebe Eugene McCann (1999) - ou de gênero - o que é desenvolvido pela geógrafa Doreen Massey (1994). A cidade dominante é fruto dessas relações, sintetizada por Lefebvre como espaço em que predomina a "homogeneidade-fragmentação-hierarquização" (2013, p. 58, tradução nossa<sup>2</sup>).

Se essa cidade dominante configura-se, em geral, de uma consonância entre iniciativa privada e Estado, a sociedade civil emerge como possibilidade de seu contraponto<sup>3</sup>. A sociedade civil torna-se, então, um ator coletivo que age na produção da cidade junto ou - o que é mais comum - contra o Estado e a iniciativa privada, sendo que suas ações e impactos não devem ser analisados de maneira individualizada, mas cumulativa. Como anunciado pelo editorial desta edição da Revista V!rus, a cidade é, portanto, produto da ação de diversos atores, ou o: "Locus onde reverberam os grandes fluxos do planeta, a cidade contemporânea é produzida por múltiplos atores, de gestores públicos, planejadores e estudiosos a grupos empresariais privados, organizações do terceiro setor e, em especial, por seus habitantes em geral, entre tantos outros" (2017, s.p.).

Para que se possa aferir esse impacto cumulativo, é necessário compreender como se configura tal ator coletivo e as articulações que se desenvolvem entre os grupos que o constituem.

Desde o contexto de Belo Horizonte, buscou-se investigar movimentos, ativismos, associações, comitês, fóruns, coletivas e coletivos<sup>4</sup> para os quais o espaço é elemento catalisador de suas ações, de referência identitária ou condicionante de suas táticas e estratégias: grupos que, em última instância, tenham o objetivo de transformar as dinâmicas do espaço urbano<sup>5</sup>. É central para eles a luta pelo acesso à cidade e aos seus equipamentos e serviços, mas, mais ainda, a questão do direito à cidade tal como defendido por Lefebvre (2008): o direito de transformar a cidade, de participar na tomada de decisão sobre seus rumos e dela se apropriar.

Será adotado para denominar tais grupos o termo de Marcelo Lopes de Souza (2006) *ativismo urbano em sentido forte* - ou apenas *ativismo urbano* quando o contexto estiver claro. Encaixam-se nessa categorização grupos da sociedade civil que se contraponham às dinâmicas espaciais urbanas dominantes com ações públicas organizadas e relativamente duradouras (mais do que uma passeata, por exemplo) (SOUZA, 2006, p. 278)<sup>6</sup>.

Foram selecionados 39 ativismos urbanos com atuação em Belo Horizonte, conformando um universo com vasta diversidade de abordagens, táticas, posicionamentos políticos e temáticas de luta tais como ambientalistas, anarquistas e ocupações urbanas para fins de moradia, o que é sintetizado na Figura 1.

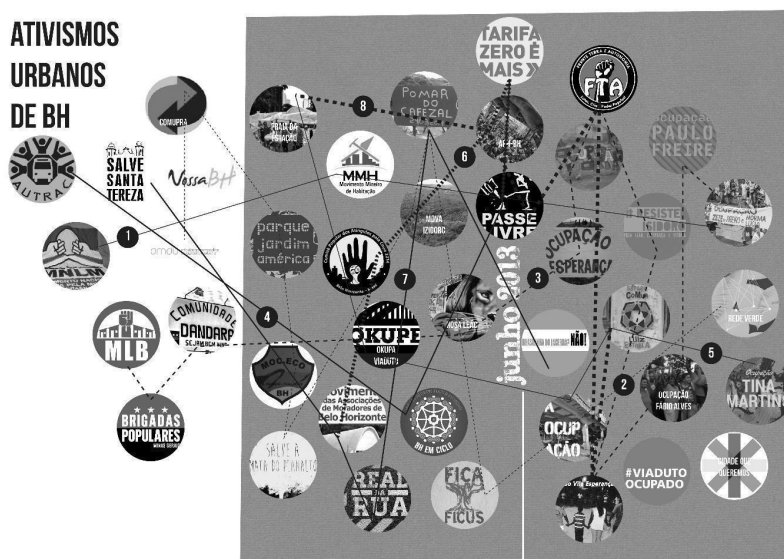


Fig. 1: Ativismos urbanos abordados na pesquisa. Fonte: A autora.

A marcação temporal é uma informação importante, pois diferentes formas de atuação e de articulação são observadas entre os antigos e os novos grupos. Os ativismos internos ao retângulo cinza são aqueles denominados ao longo do texto como novos ativismos urbanos, em contraposição aos tradicionais. Enquanto os primeiros têm sua origem a partir de 2009, os denominados tradicionais são aqueles surgidos entre o fim dos anos 1980 e início dos 1990. A principal diferença entre tais grupos diz respeito à retomada das ações diretas pelos novos ativismos, enquanto os tradicionais empreendem uma luta institucional. Esses últimos, embora tenham empreendido diversas ações diretas em suas origens, foram aos poucos incorporados ao aparelho estatal e aos canais institucionalizados de participação, devido à sua relação estreita com partidos políticos e governos.

Junho de 2013 é também uma marcação temporal importante à dinâmica dos grupos investigados, tendo em vista os protestos que eclodiram em todo o país. Uma série de ativismos surge após esse período, como é possível perceber na figura. Alguns, como a Assembleia Popular Horizontal (APH-BH), o Tarifa Zero-BH e o Movimento Passe Livre - BH (MPL-BH) são reverberações diretas dos protestos. Embora não seja possível estabelecer essa mesma relação com outros ativismos pós-junho, evidentemente, eles foram influenciados pelo imaginário que surge após o período, alimentados pelo impacto da escala dos protestos e pela sinalização de ganhos e transformações que pareciam finalmente se concretizar.

As linhas que unem os ativismos demonstram as diferentes categorias às quais eles pertencem tomando por base aspectos como forma de organização, pautas, posição política, conjuntura de criação etc. Tais categorias não foram esgotadas, limitando-se àquelas importantes ao contexto do trabalho:

1. Ativismos urbanos tradicionais com a pauta da habitação

2. Ativismos urbanos com a pauta da proteção ambiental
3. Ocupações urbanas para fins de moradia
4. Ativismos ligados à pauta da mobilidade
5. Ocupações de espaços públicos e vazios para outros fins
6. Ativismos de relação direta com os protestos de 2013 e a Copa do Mundo de 2014
7. Associações de bairro e de defesa local
8. Campo libertário

### **Articulações e ativismos urbanos**

Uma vez delimitados os ativismos urbanos, iniciou-se a tentativa de apreender sua forma de atuação e articulações. Essas performam-se tanto no espaço físico, quanto no digital e possuem forte relação de complementariedade.

Além do contexto local e eventos pontuais, a atuação recente dos grupos da sociedade civil organizada relaciona-se ainda a um contexto macro de ascensão do neoliberalismo, mudanças na organização do trabalho, emergência de governos de esquerda desde os anos 1990 e à onda participacionista. A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2014) considera que a ênfase culturalista dos movimentos sociais contemporâneos, o abandono da noção de classe e a consequente fragmentação de um suposto sujeito coletivo seriam reflexos diretos dessas transformações sociais, econômicas e políticas mais amplas.

Apesar da fragmentação, a articulação em rede é uma das características fundamentais dos ativismos. A adoção de tal organização não se restringe somente aos ativismos, toda a sociedade assim se organiza, sendo uma característica marcante das relações de poder. Os grupos dominantes organizam-se por meio de projetos conjuntos, que mobilizam diferentes redes - política, militar, cultural etc. A contraposição às relações de poder deve, portanto, como afirma Castells (2005), operar na mesma lógica de sua organização: em redes ativistas em torno de projetos comuns alternativos.

A identificação dessas articulações e das temáticas e acontecimentos capazes de mobilizar e articular os ativismos urbanos na presente pesquisa deu-se por meio de consulta à literatura acadêmica produzida sobre os ativismos estudados, do monitoramento de suas *fanpages* no Facebook<sup>7</sup> e de entrevistas com ativistas dos referidos grupos.

É importante destacar que, apesar das articulações atuais trazerem novas possibilidades de ampliação de alcance e de dinamicidade, ambas impulsionadas pelas tecnologias de informação, o imaginário no que tange a força da união entre os grupos é fruto de um longo processo histórico. Junto aos resultados empíricos de experiências de articulação, contribuem para a essa construção aportes teóricos de diversos autores que recuperam sistematicamente ao longo da história do pensamento crítico a aposta numa articulação entre os grupos subjugados da sociedade.

Quando Marx e Engels em 1848 escrevem o Manifesto Comunista, percebe-se ali essa aposta em uma aliança para a revolução, ao apelarem para a constituição de uma identidade de classe entre os grupos de operários que atuavam em lutas locais e, em alguns casos, em conflito entre si. Esse espírito é sintetizado pela célebre frase: "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" (MARX; ENGELS, 2003).

Mais tarde, Gramsci (1999), desde um contexto de fracasso da esperada revolução na Europa Ocidental, reafirma a importância de uma aliança, estendida, entretanto, para além dos proletários urbanos. Para o marxista italiano, a construção de uma identidade de classe é restritiva, dado que, para além dos proletários urbanos, outros grupos são dominados no sistema capitalista. A estratégia de revolução deve, portanto, constituir-se sobre uma aliança entre esses atores subordinados aos grupos no poder, articulada e dirigida pela classe operária (GRAMSCI, 1999).

Mais recentemente, Laclau e Mouffe (1987) retomam e atualizam o pensamento de Gramsci, reforçando sua ideia de ampliação das articulações para oprimidos além da classe operária. Eles, entretanto, contestam o protagonismo depositado por Gramsci na classe operária na construção dessa aliança e sugerem ainda a transposição dos limites de classe e a "construção de sujeitos parcialmente unificados cuja determinação fundamental seja a determinação popular" (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 23, tradução nossa<sup>8</sup>).

Mais do que procurar evidências de adesão sistemática ao pensamento deste ou aquele autor, por parte dos ativismos, é interessante observar em que medida essas construções teóricas são capazes de apreender a realidade das articulações que se estabelecem entre eles. Para essa sobreposição, foi necessário apreender a redes estabelecidas entre os ativismos urbanos de Belo Horizonte e os projetos comuns que as articulam. Foram tomadas como base entrevistas com envolvidos nos grupos e as interações públicas entre as *fanpages* dos ativismos no Facebook. Evidentemente, inúmeras outras conexões se estabelecem no ambiente digital via grupos de e-mails, Whatsapp e outros aplicativos de mensagens instantâneas. Entretanto, embora relatados pelos entrevistados, esses espaços são restritos aos ativistas. Portanto, além da falta de acesso a eles, há de se considerar, ainda, as questões éticas em se publicar interações estabelecidas em meios privados.

Em Belo Horizonte foi relatada pelos entrevistados uma relação dinâmica de trocas entre os grupos. Essas articulações são consideradas fundamentais à resistência dos ativismos devido à fragmentação desses atores coletivos e a sua concentração em

temáticas isoladas e em abordagens locais. Elas servem, então, tanto à ampliação das pautas dos grupos - para além das demandas e ações locais - como à ampliação de sua pressão política, sobretudo, em relação aos outros agentes na produção do espaço urbano - como o Estado e a iniciativa privada.

As mobilizações que se destacam no histórico recente dos ativismos evidenciam, entretanto, que, em geral, as articulações mais expressivas ocorrem por curtos períodos e como resistência às possibilidades de perdas. Elas são catalisadas pela constituição, ainda que temporária, de um "inimigo comum", como, por exemplo, o processo contra o *impeachment* - golpe - da presidenta Dilma, que conseguiu mobilizar até mesmo os ativismos tradicionais, há muito concentrados em uma atuação pacífica dentro dos espaços governamentais.

Com a localização do antagonismo em pessoas ou acontecimentos específicos e pontuais - no prefeito Márcio Lacerda em Belo Horizonte, no presidente Michel Temer, na Copa do Mundo, no aumento da passagem etc. - as articulações tornam-se emergenciais e pontuais. Após o fim da situação que as unificava, devido a vitórias, ainda que momentâneas, ou ao esgotamento das possibilidades de ação, elas se desmobilizam. Como observa Castells (2013), sua unidade é a indignação comum em relação a determinada situação.

A percepção da necessidade de articulações mais duradouras entre os ativismos, constituindo espaços permanentes de diálogo, de troca de experiência e de constituição de uma luta conjunta é generalizada entre os entrevistados. Porém, essas tentativas são em geral subsumidas pelas ameaças do dia a dia, desarticulando-se em função de lutas individuais dos grupos. Quando mais duradouras, elas estão confinadas aos ativismos de mesmas pautas ou pautas próximas, como mobilidade, movimentos de ocupação de terrenos vazios ou movimentos culturais.

A percepção de que a segregação da cidade se reproduz também na articulação entre os ativismos é generalizada: há uma descontinuidade entre os ativismos de centro e de periferia<sup>9</sup> e entre ambos e a sociedade em geral. É o que transparece na fala de uma das ativistas: "[a articulação] é meio *centrocêntrica*, porque a gente acha que Belo Horizonte é centro! A gente esquece que a cidade é muito maior que isso. O centro tá muito bem agregado, enquanto o pau tá quebrando na periferia." (P.K., 2015). Evidentemente, existem exceções e tentativas de romper com essa falta de diálogo, mas de maneira ainda pouco expressiva. Os poucos ativismos de periferia capazes de se articularem aos grupos de centro o fazem, em geral, deslocando-se da periferia ao centro.

A falta de diálogo relaciona-se, em parte, à diferença de pautas. Enquanto nos ativismos de periferia a tendência é por lutas pelo acesso a direitos já estabelecidos mas não universalizados, os ativismos de centro lutam pelo reconhecimento de novos direitos. A distância entre os grupos de centro e periferia é ainda reforçada pelo posicionamento crítico dos novos ativismos em relação a tentativas anteriores de aproximações pelo chamado trabalho de base. De fato, não raro tal prática resultou em relações de dependência e de vínculos paternalistas, colonizadores e até utilitários.

Se o diálogo entre ativismos do centro e da periferia é pouco efetivo, ecoar para além desse universo, na sociedade em geral, é ainda menos. Mesmo em questões que dizem respeito à maioria das pessoas, como, por exemplo, uma chamada para protestar contra o aumento da tarifa dos ônibus, dificilmente um grupo para além do usual será mobilizado. Isso não significa, necessariamente, que a pauta seja considerada ilegítima por aqueles externos ao universo ativista, mas que, entre identificar e mobilizar, existe uma distância que os grupos não conseguiram romper. É essa justamente uma de suas grandes questões: Como atingir e mobilizar a sociedade de maneira ampliada, já que ela é também subjugada pelas mesmas relações de dominação combatidas pelos grupos?

### **As redes na rede: mídias sociais digitais e ativismos**

Os padrões enumerados na seção anterior são também observados quando analisadas as interações públicas entre as *fanpages* dos ativismos no Facebook. No contexto da pesquisa, foram considerados dois tipos de relação mediados pelo site: as curtidas entre as *fanpages* dos ativismos e o compartilhamento de informações entre elas. Às informações extraídas foram aplicados métodos de Análise de Redes Sociais (ARS), que se baseiam nas interações entre atores e nos papéis por eles desempenhados em seus contextos (RECUERDO; BASTOS; ZAGO, 2015). Para isso, são utilizados modelos matemáticos e computacionais que geram representações gráficas, os chamados grafos, de relações entre elementos em um determinado momento. Nos grafos, as relações são representadas por arestas que unem os atores, representados por círculos.

Os nós dos grafos aqui gerados são, portanto, as *fanpages* dos ativismos urbanos, unidos por duas categorias de relações: as curtidas e o compartilhamento de informações. Neste último caso, os conteúdos compartilhados também são representados por círculos, uma vez que são articuladores dos diversos agentes que compõem a rede.

As curtidas entre as *fanpages* dos ativismos trazem uma informação importante, pois significam assumir publicamente uma conexão, o reconhecimento de luta, ou ainda o interesse em acompanhar suas publicações. Utilizando o Netvizz<sup>10</sup> para extrair os dados das curtidas, duas redes foram geradas. A primeira delas, denominada rede de grau 1 (Fig. 2), restringe-se às articulações pelas curtidas entre as *fanpages* dos ativismos urbanos de Belo Horizonte, configurando-se um universo composto por 39 delas. A segunda, denominada rede de grau 2 (Fig. 3), amplia o universo para atores para ativismos ligados a outras temáticas, canais de mídia, grupos da academia, instituições públicas, partidos e figuras políticas.



**Fig. 2:** Rede de grau 1. Fonte: A autora.



Fig. 3: Rede de Grau 2. Fonte: elaboração própria.

O tamanho dos círculos e da letra corresponde ao número de curtidas de cada fanpage pelos demais atores da rede. Como resultado, temos, conforme apresentado na Figura 2, uma rede com alto grau de articulação entre as *fanpages*, embora algumas se mantenham marginais. É notória a divisão bem delimitada entre certas categorias de ativismos. Aqueles de pauta predominantemente ambiental, por exemplo - Parque Jardim América, Fica Fícus, Rede Verde, Salve a Mata do Planalto, Comupra (Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeirão de Abreu) e Amau (Articulação Metropolitana de agricultura Urbana) -, encontram-se no limite superior do grafo; já os grupos de orientação anarquista e autonomista - Bloco de Lutas pelo Transporte, MPL-BH e, em parte, a APH-BH - encontram-se à esquerda do grafo e as ocupações urbanas para fins de moradia, apesar de bem inseridas na rede, encontram-se fortemente conectadas entre si e aos grupos que lhes dão apoio.

Nota-se ainda a proximidade entre os ativismos que têm o mesmo espaço - o Viaduto Santa Tereza - como local de encontro e que com ele desenvolveram um sentido de pertencimento; A Real da Rua, que nasceu da necessidade de um fórum de discussão sobre o espaço do Viaduto; A Ocupação, evento cultural que tem como premissa a apropriação de espaços públicos e que teve ali três de suas edições; o Viaduto Ocupado, uma articulação em oposição às obras do Viaduto em 2014; e o Okupa Viaduto Santa Tereza, grupo contra práticas higienistas do poder público na região do baixo centro belo-horizontino, caracterizada pela grande frequência de grupos marginais (moradores de rua, prostitutas e travestis etc.). A proximidade entre esses grupos traz à tona que determinados lugares podem tornar-se catalisadores de articulações, unificando grupos para os quais são referenciais de identidade e pertencimento.

Em seguida, também pelo Netvizz foram colhidas informações sobre curtidas em um universo expandido de *fanpages*. Denominada rede de grau 2, são consideradas, além das curtidas entre os ativismos urbanos delimitados para a pesquisa, todas as *fanpages* por eles curtidas e as interações dessas com as demais. As seguintes cores foram utilizadas na diferenciação entre os agentes que passam a compor o grafo: ativismos urbanos em sentido forte em rosa, movimentos ligados à arte e à cultura em roxo, canais de mídia tradicional e alternativa em cinza, ativismos de outros locais ou de escalas mais abrangentes em amarelo, movimentos estudantis em azul claro, grupos religiosos em marrom, instituições e órgãos públicos em laranja, ativismos atuantes em Belo Horizonte com enfoque distinto do espaço urbano em verde, grupos de pesquisa e extensão universitária, instituições universitárias ou grupos de assessoria técnica em azul escuro, partidos políticos e figuras políticas em vermelho e sindicatos e associações profissionais em marrom claro.

Nessa nova configuração, observa-se, como apresentado na Figura 3, a forte inserção de atores ligados à arte e à cultura. Seu envolvimento junto aos ativismos urbanos de Belo Horizonte tem sido uma constante desde a Praia da Estação, quando é

incorporada às formas de ação e protesto uma vertente artístico-cultural, os protestos-festa observados por Igor Oliveira (2012).

Novamente observamos a proximidade entre grupos de mesma temática ou posição política, explicitando a existência de articulação entre eles. Os grupos ligados à mobilidade, por exemplo, encontram-se concentrados na extrema esquerda da figura, enquanto os ligados ao cicloativismo estão na porção superior e os órgãos e instituições governamentais na extrema esquerda. Chama atenção a pouca inserção dos partidos, sindicatos e movimentos religiosos, sobretudo ao recordarmos que em momentos anteriores esses atores foram importantes articuladores dos ativismos urbanos.

### Articulações temporais no Facebook

Ainda tomando como base as interações por Facebook, a análise das publicações e compartilhamentos de conteúdo entre as *fanpages* dos ativismos urbanos reforçam muitas das tendências já apresentadas. Das informações recolhidas durante a investigação, entre 01 setembro de 2015 e 3 de junho de 2016, emergiram os temas capazes de articular os ativismos durante essa temporalidade e sua periodicidade. Foram coletados 1357 posts publicados ou compartilhados pelos ativismos urbanos. Esses foram sistematizados por data, grupos que com ele interagiram – publicando ou compartilhando – e os temas abordados. Com essa informação foram gerados os grafos seguintes que representam as articulações estabelecidas no facebook durante os dez meses de recolhimento de dados. O mesmo padrão de cores anterior foi adotado na categorização dos tipos dos atores, com o acréscimo do rosa escuro para os círculos relativos aos temas e do lilás para pessoas que tiveram suas postagens compartilhadas pelos ativismos. Seus nomes foram substituídos por iniciais, mantendo somente o de figuras publicamente conhecidas. É importante ressaltar que além das pessoas cujos posts foram compartilhados, milhares de outras interagiram com as publicações coletadas. Não interessava à pesquisa, entretanto, interações individuais, mas sim aquelas dos ativismos como atores coletivos.

Em setembro de 2015 a Segunda Ocupação da Câmara Municipal, promovida por ativismos ligados à questão do transporte, conseguiu mobilizar grupos ligados à diferentes temáticas, como vemos na Figura 4. A ação tinha como pauta principal a realização de uma Audiência Pública para discutir os aumentos ilegais da tarifa do ônibus ocorridos naquele mesmo mês. Por outro lado, assuntos de menos expressividade ficaram contidos a grupos de mesma temática, como é possível observar no caso das ocupações urbanas para fins de moradia à esquerda, mobilizadas em torno de temáticas como os despejos das ocupações urbanas Canaã (em Contagem) e Macuco, Recanto Verde e Limoeiro (em Timóteo).

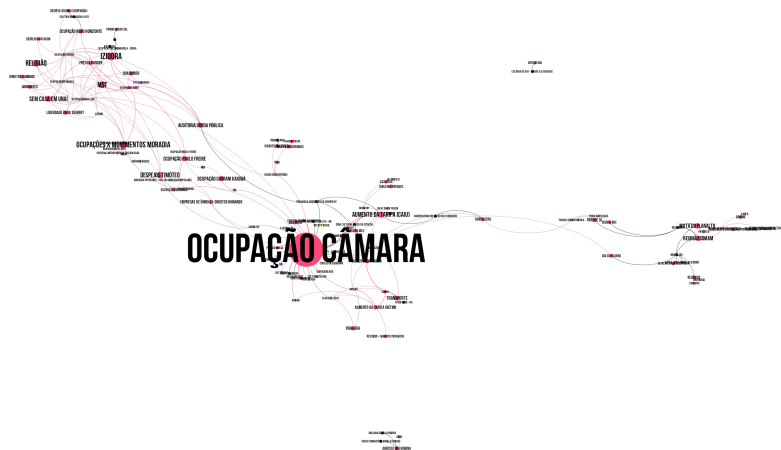


Fig. 4: setembro de 2015. Fonte: A autora.

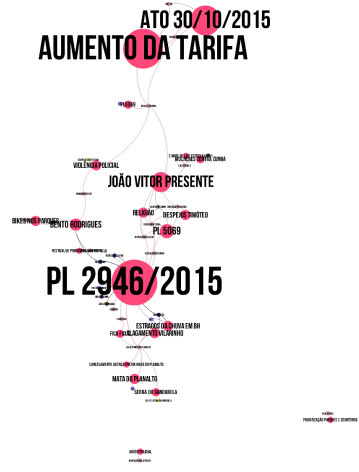


Fig. 5: Outubro de 2015. Fonte: A autora.

Os grupos ambientalistas configuram outro núcleo à direita cujo principal tema de discussão é a reunião do COMAM (Conselho Municipal de Meio Ambiente) em que havia a possibilidade de aprovação do licenciamento para o empreendimento da Construtora Direcional em uma área verde de quase 200 mil metros quadrados, a Mata do Planalto.

O rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, foi também um tema que conseguiu mobilizar os diversos ativismos no espaço digital, como apresentado na Figura 6. A comoção em torno do desastre explicita-se nas atividades das *fanpages* em novembro, no entanto, os ativismos urbanos promoveram ou se engajaram em poucas ações off-line. Isso demonstra que, embora muitas vezes, os assuntos trazidos no ambiente digital reflitam ações em curso fora dele - diretas ou institucionais -, essa não é uma regra. O engajamento não necessariamente irá refletir em ações para além desse meio.

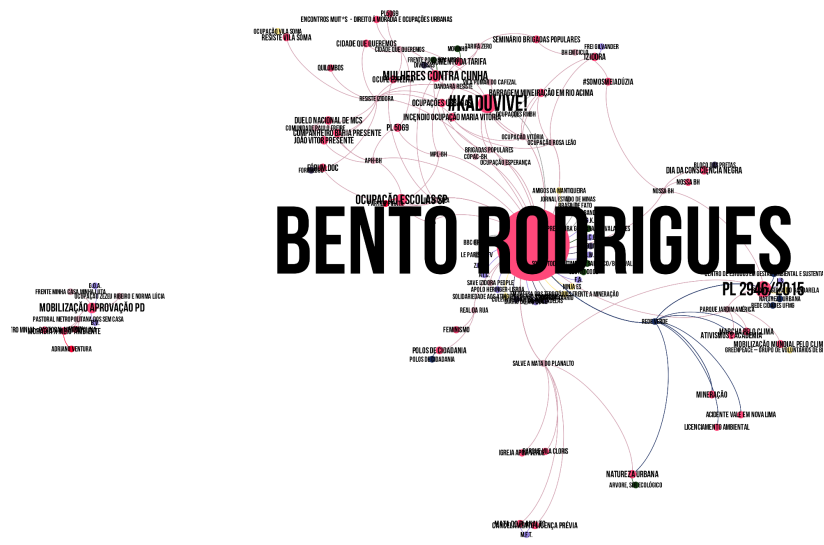


Fig. 6: Novembro de 2015. Fonte: A autora.





Fig. 7: Dezembro de 2015. Fonte: A autora.

Esse grafo revela ainda a falta de relação entre os ativismos tradicionais e os novos. No grupo isolado à esquerda estão os ativismos tradicionais de moradia, fundados entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Essa desconexão, evidenciada também em outros momentos e nas entrevistas, delimita o cenário em que, de um lado estão os ativismos tradicionais com uma ação enraizada nos canais institucionalizados e, em sua maioria, contrários às ações diretas - são radicalmente contra as ocupações de terrenos vazios, por exemplo - e de outro, os novos ativismos que normalmente consideram os primeiros como parte do *status quo*.

A Figura 8, que representa a dinâmica em janeiro de 2016, revela mais uma vez o aumento das tarifas como um assunto mobilizador. Foram três atos consecutivos contra o aumento (as chamadas para os atos foram feitas pelo MPL-BH) e em paralelo dois processos judiciais foram movidos alegando irregularidades no aumento: um pela Defensoria Pública, acionada pelo Tarifa Zero-BH, e o outro pelo Ministério Público de Minas Gerais. Mesmo com as movimentações o aumento foi mantido.



Fig. 8: Janeiro de 2016. Fonte: A autora.

É ainda notável nesse grafo que o rompimento em Bento Rodrigues praticamente desaparece entre os assuntos compartilhados, evidenciando a brevidade das mobilizações que se estabelecem nesse meio. Por um lado, a própria dinâmica da internet contribui a esse fato com a sobreposição de informações por novas informações geradas. A essa desinformação produzida pelo excesso de informação é correntemente utilizado o termo *white out* (PRUDÊNCIO, 2009). Por outro lado, esse fato reflete a própria natureza das articulações dos ativismos, muito restritas aos momentos emergenciais para, logo em seguida, dissolverem-se. As obrigações diárias e lutas cotidianas de cada um dos grupos, causam, assim, o arrefecimento de uma pauta comum.

Em fevereiro, é importante ressaltar a emergência da agenda feminista entre os ativismos urbanos, pauta que se tornou constante desse momento em diante, o que é revelado na Figura 9. A emergência da discussão de gênero nos diferentes grupos reflete na criação de frentes feministas que buscam discutir a questão da mulher tanto em relação às pautas de seus ativismos, quanto em relação à reprodução de relações de dominação de gênero interna aos grupos. Essa é uma discussão sistemática, embora se fortaleça em momentos críticos, como, por exemplo, na ocasião das propostas contrárias aos direitos da mulher por Eduardo Cunha na Câmara, ou no caso do estupro coletivo à jovem de 16 anos no Rio de Janeiro (os momentos aparecem nos grafos de novembro e maio). Não é possível afirmar que há uma articulação entre esses grupos que atuam de maneira dispersa nos ativismos, nem que exista uma unidade de pensamento entre essas ativistas (é provável, inclusive que existam uma série de conflitos). Entretanto, a repercussão que a Ocupação Tina Martins, uma casa de referência a mulheres vítimas de violência autogerida, teve entre os demais ativismos urbanos parece evidenciar a força da identidade de gênero entre as ativistas.

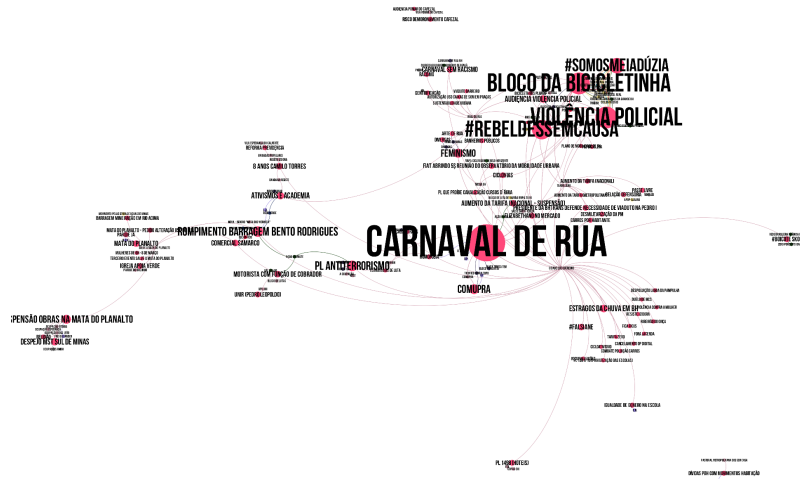


Fig. 9: Fevereiro de 2016. Fonte: A autora.

Em 13 de março de 2016, ocorreu o primeiro de uma série de protestos contra o governo de Dilma Rousseff, que iriam desencadear o seu processo *impeachment*. Este assunto tornou-se um tema generalizado entre os grupos, o que nota-se na Figura 10. A resistência, no entanto, ocorreu de maneira fragmentada.



Fig. 10: Março 2016. Fonte: A autora.

O processo de impeachment e os protestos que se mobilizaram contra ele continuaram como temas centrais entre os grupos durante abril, como manifestado na Figura 11. O perigo de despejo da Ocupação Tina Martins foi também um dos temas articuladores. Seu grande eco sugere o fortalecimento da pauta feminista entre os ativismos urbanos. De forma surpreendente, o despejo foi suspenso instaurando-se uma mesa de negociação com o Governo do Estado. Um imóvel foi cedido ao grupo, ainda incluído na Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Seu atual desafio é resistir de forma autônoma do Estado, sobretudo financeiramente.



Por outro lado, desses processos de resistência podem surgir construções capazes de ampliar o horizonte de luta e também dos ativistas. O caráter didático da luta foi relatado inúmeras vezes pelos entrevistados, cuja tomada de consciência em relação aos impactos de suas ações e das forças e interesses em disputa pelo espaço urbano e por sua produção alimentam suas formações políticas. É o caso do Grupo História em Construção, que configurou-se inicialmente como um movimento de resistência às remoções durante as obras do Programa Vila Viva<sup>11</sup>, na Vila das Antenas. Após o fim da intervenção que resultou em inúmeras remoções, o grupo segue atuando, sendo uma de suas ações uma oficina comunitária, onde é discutida a gestão coletiva de recursos e objetos de trabalho, com base no compartilhamento.

As ações contribuem, então, na transformação de mentalidade de seus próprios ativistas, e em alguns casos conseguem expandir-se para outros grupos, resultando em pequenas mudanças de pensamento aqui e ali, ainda que em uma minoria. Nas ocupações urbanas para fins de moradia, por exemplo, percebe-se uma sutil mudança de pensamento em relação à propriedade privada. Dentre seus apoiadores - pessoas ligadas a movimentos sociais, à academia, às entidades de classe etc. -, a submissão da propriedade privada aos interesses sociais e ambientais sempre foi um consenso. Por outro lado, entre os moradores, sobretudo das áreas de formação espontânea, era comum perceber o foco de sua justificativa de ação na falta de acesso formal à moradia. Hoje, embora persista o discurso da necessidade, há também o reconhecimento da legitimidade em dar uso a terras que não cumprem com sua função social. Um início, portanto, do questionamento ao caráter absoluto da propriedade privada.

Por outro lado, os limites dessas mudanças de mentalidade podem ser observados em acontecimentos recentes como os retrocessos relativos aos direitos trabalhistas, à democracia e ao uso de violência policial contra manifestações durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas, ao que parece, com o apoio de grande parte da sociedade. Ao contrário dos 99% anunciados pelo famoso slogan do movimento Occupy Wall Street, poucos parecem dispostos a pensar outros horizontes possíveis ou se identificarem contra a realidade existente. Com um campo de influência tão restrito, como podem, então, os ativismos urbanos se contrapor ao modelo dominante de produção das cidades?

Os pequenos ganhos constituintes somam-se àqueles de resistência, como a implantação da Casa de Referência Tina Martins, um abrigo autogestionado por mulheres para mulheres em situação de risco; os espaços públicos ocupados por atividades culturais; a tomada, ainda que temporária, da cidade pela festa durante o carnaval. Todas construções que apontam para outra cidade em superação àquela dominante e essencialmente capitalista, mas ainda, machista, racista, homofóbica. Ainda que pequenos, incipientes e atravessados por várias contradições, esses ativismos conseguem trazer alguma liberdade, justiça e igualdade ao espaço urbano, funcionando, assim como protótipos de outros horizontes possíveis, fagulhas de esperança, ainda mais necessárias nesses tempos sombrios que nos esperam.

## Referências

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In.: CARDOSO, G.; CASTELLS, M. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Belém-Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. p. 17-30.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e de esperança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

CIDADE QUE QUEREMOS. Ocupar as eleições com cidadania e ousadia. 2016. [online] Disponível em: <<http://www.muitxs.org/manifesta/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

J.M. **Entrevista concedida a Laís Grossi de Oliveira**. Belo Horizonte, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madri: Siglo Veintiuno de España, 1987.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swing Livros, 2013 (1974).

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MASSEY, D. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MCCANN, E. J. Race, protest, and public space: Contextualizing Lefebvre in the US city. **Antipode**, n. 31, v. 2, p. 163-184, 1999.

OLIVEIRA, I. T. M. **Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

P.K. **Entrevista concedida a Laís Grossi de Oliveira**. Belo Horizonte, 2015.

PEREIRA, C. V. L.; AFONSO, A. S.; MAGALHÃES, M. C. F. Programa Vila Viva: intervenção em assentamentos precários. In.: ENCONTRO NACIONAL DA ANAMMA, 17., 2017, Recife. **Anais...** Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=22546&chPlc=22546&termos=vila%20marcola>>. Acesso em: 03 Jun. 2017.

- PRUDÊNCIO, K. Comunicação e mobilização política na Internet. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 4, p. 97-105, jul/dez. 2009.
- RECUERDO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. **Análise de Redes para Mídia Social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2014.
- SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SOUZA, M. J. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.
- SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- VIRUS. **Tecendo a Cidade**. 2017. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=11&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 21 Mai. 2017.

---

**1**Artigo baseado em dissertação de mestrado defendida pela autora junto ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulada "Ativismos e a cidade: redes de resistência na produção do urbano" (2016), sob a orientação da Profa. Dra. Silke Kapp.

**2**Do original em francês: "Homogeneidad-fragmentación-jerarquización" (LEFEBVRE, 2013, p. 58).

**3**Sem, entretanto ignorar que essa mesma sociedade civil pode ter uma atuação conservadora - o que reforçaria o *status quo* - e que, por outro lado, o Estado pode, eventualmente, ter uma atuação progressiva e capaz de amenizar certas desigualdades, como manifesta Marcelo Lopes de Souza em diversas ocasiões (2001, 2006, 2008).

**4**Todas essas são formas como se denominam os grupos em questão

**5**Obviamente o espaço urbano enquanto lócus do poder e da política é uma pauta que atravessa todos os ativismos urbanos, que inclusive podem utilizá-lo de forma estratégica. Entretanto sua dinâmica é uma pauta secundária, não constituindo o cerne desses ativismos.

**6**Em contraposição a "movimento social", mais correntemente adotado na literatura acadêmica sobre atores coletivos da sociedade civil, a adoção do termo serve para contornar duas questões. A primeira delas é a necessidade levantada pelo autor de diferenciação entre grupos da sociedade civil com um horizonte de transformação mais amplo daqueles que se atêm à solução de problemas pontuais e localizados. O termo movimento social deve reservar-se àqueles que lutam por transformações estruturais e ambiciosas. Embora relevante a questão, tal categorização não foi discutida durante a pesquisa. Isso porque restringir-se aos grupos que trazem horizontes de luta radicais poderia resultar em duas posturas opostas, mas igualmente perniciosas. Uma primeira seria enquadrar determinados grupos na categoria *movimentos sociais* como forma de legitimá-los e reconhecer sua importância, ignorando, porém, o caráter restrito de suas ações e a falta de questionamentos a problemas estruturais na reprodução de relações sociais. Por outro lado, tal restrição poderia também resultar na desconsideração de iniciativas capazes de transformações que, mesmo parcelares e não estruturais, contribuem à produção da cidade. A segunda razão para adoção do termo *ativismos urbanos*, é que os grupos de estudo se autodenominam de inúmeras maneiras, evidenciando muito de seus valores fundamentais. Os integrantes da Praia da Estação (um dos grupos investigados), por exemplo, rechaçam enfaticamente as denominações movimento e coletivo, por acarretarem uma série de pressupostos com os quais não se identificam. Desse modo, o termo *ativismo urbano* é, por sua generalidade, capaz de abarcar toda a pluralidade de organizações e associações coletivas, sem, no entanto, imprimir sobre elas os sentidos atrelados a termos mais correntes.

**7**É importante ressaltar que o período compreendido pela pesquisa - de setembro de 2015 a maio de 2016 - resultou em sua finalização em um período conturbado tanto em nível nacional, como local. No contexto nacional, vivíamos a eminência do julgamento final do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o que resultaria em seu afastamento do cargo, junto a um governo interino (e ilegítimo) no poder que diariamente anunciava novos retrocessos sociais. Na conjuntura local a proximidade de eleições municipais desenhava um cenário de fragmentação entre os grupos. Parte dos ativismos empenha-se na tentativa de tomada do espaço da política, lançando seus próprios candidatos, buscando construir candidaturas para "mandatos abertos e compartilhados" (CIDADE QUE QUEREMOS, 2016, s.p.) ou ainda apoiando candidatos historicamente envolvidos com suas pautas, enquanto outros discutiam as contradições em despender energias, recursos e esperanças em um modelo político que consideravam falido.

**8**Do original em espanhol: "[...] construcción de sujetos parcialmente unificados cuya determinación fundamental sea una determinación popular [...]" (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 23).

**9**Como periferia refiro-me às áreas carentes de infraestrutura e serviços ocupadas por população de baixa renda e, geralmente, informais. Incluem-se aí as áreas geograficamente periféricas, em que, pelo preço da terra, são a única possibilidade para essa população e ainda as favelas, que padecem das mesmas carências e instabilidades, apesar de bem localizadas.

**10** Netvizz é uma ferramenta de código aberto para extração de dados do facebook. Os dados são processados em programas de visualização de redes como o Gephi.

**11** O Programa Vila Viva segundo seu órgão executor é uma "ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização dos assentamentos existentes" (PEREIRA; AFONSO; MAGALHÃES, 2007, s.p.). Sua implantação, entretanto, resultou em grandes impactos nas áreas de intervenção, sobretudo em relação ao número de famílias despejadas para a realização de obras, em sua maioria viárias.